

Reestruturação produtiva e estrutura social metropolitana em Salvador	Titulo
Moreira de Carvalho, Inaiá Maria - Autor/a de Almeida, Paulo Henrique - Autor/a Gabrielli de Azevedo, José Sérgio - Autor/a	Autor(es)
El rostro urbano de América Latina. O rosto urbano da América Latina	En:
Buenos Aires	Lugar
CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales	Editorial/Editor
2004	Fecha
	Colección
Estadísticas de Produccion; Tecnicas de Produccion; Mercado de Trabajo; Desarrollo Urbano; Estructura Social; Produccion; Ciudades; Globalizacion; Reestructuracion Productiva; Salvador Bahia; Brasil;	Temas
Capítulo de Libro	Tipo de documento
<a href="http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100930124252/8p3art2.pdf">http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100930124252/8p3art2.pdf</a>	URL
Reconocimiento-No comercial-Sin obras derivadas 2.0 Genérica <a href="http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es">http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es</a>	Licencia

**Segui buscando en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO**

**<http://biblioteca.clacso.edu.ar>**

**Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)**

**Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)**

**Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)**

**[www.clacso.edu.ar](http://www.clacso.edu.ar)**



Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales  
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais  
Latin American Council of Social Sciences



---

# **Reestruturação produtiva e estrutura social metropolitana em Salvador**

**Inaiá Maria Moreira de Carvalho\***

**Paulo Henrique de Almeida\*\***

**José Sérgio Gabrielli de Azevedo\*\*\***

## **Introdução**

**E**ste trabalho discute os efeitos da globalização e da reestruturação produtiva sobre a conformação sócio-econômica das metrópoles brasileiras. Analisa particularmente a trajetória recente da Região Metropolitana de Salvador (Bahia, Brasil).

Este tema adquiriu inquestionável relevância na agenda da pesquisa urbana, em decorrência da dimensão e dos impactos da reestruturação sobre os diversos territórios e sociedades no curso do denominado processo de globalização (Ribeiro, L. C., 2000[a]; Veiga, 2000).

Como se sabe, esse processo vem sendo intensamente marcado por avanços tecnológicos e transformações radicais nos padrões de produção, comercialização e consumo; por tendência à circulação cada vez mais ampliada de capitais e mercadorias, assim como por desmaterialização crescente da riqueza; pela conformação de um mercado mundial e pelo enfraquecimento das instâncias

---

\* Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo, Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos e Professora de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, Brasil. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

\*\* Doutor em Economia pela Universidade de Paris X-Nanterre, professor do Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia-Brasil.

\*\*\* PHD em Economia (Boston), professor do Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia, Brasil.

reguladoras constituídas em escala nacional e pela conseqüente expansão e incremento de poder de interesses e grupos transnacionais que se superpõem às fronteiras entre países. Estes interesses pressionam pela redução dos “entraves” à sua livre circulação e maior lucratividade, com a redução de barreiras alfandegárias, desregulamentação e flexibilização dos mercados, e, também, pela utilização e reconfiguração dos territórios, alterando radicalmente o valor dos lugares e da sua gente (Santos, 2000).

As novas tecnologias e padrões de produção viabilizaram enorme mobilidade de capital em escala global, reduzindo o papel dos Estados e afetando a congruência das economias nacionais. Seus fluxos dinâmicos articulam, agora, espaços descontínuos, redefinindo territórios e regiões e vinculando áreas distantes, de tal forma que condições locais passam a ser configuradas por processos e eventos globais. Constituem-se, também, novas centralidades e exclusões, na medida em que a dinâmica da globalização integra de forma seletiva os diversos países, regiões e localidades, incorporando e dinamizando algumas áreas –ainda que os benefícios dessa dinâmica se distribuam de forma parcial e restrita– e afetando negativamente ou marginalizando outras (Soja, 1993).

Tais fenômenos vêm tendo um impacto decisivo sobre a estrutura econômica e social das áreas metropolitanas –onde se concentra, na grande maioria dos países, o aparato produtivo, a riqueza, o poder e a população–, sobre as condições e a qualidade da vida urbana, as desigualdades, a pobreza e as mobilizações políticas e sociais. Inserindo-se com destaque na agenda das questões contemporâneas, essas transformações têm despertado a atenção dos planejadores e da comunidade acadêmica, entre outros segmentos, suscitando diferentes estudos e reflexões.

No plano internacional, os estudos têm privilegiado os vínculos entre o local e o global (o espaço global), valorizados por novas propostas e modelos de gestão urbana, bem como o debate sobre as denominadas “*global cities*”. Este debate ressalta a constituição de uma rede mundial formada por cidades que, por oferecerem condições excepcionais para as atividades de comando de negócios, concentrariam o poder econômico, a sede das grandes corporações, o controle dos meios de comunicação e os serviços produtivos modernos. Nesta rede, circulariam os maiores fluxos de informação, capital e recursos e seriam tomadas as grandes decisões econômicas, tornando as cidades por ela articuladas cada vez mais estratégicas para o capital global. Este processo é simultâneo à polarização crescente entre estes espaços e o resto do mundo, bem como ao aumento das diferenciações internas em cada uma das regiões envolvidas.

Autores como Sassen (1991), Reich (1991) e Borja e Castels (1997), por exemplo, analisam as transformações em curso nessas cidades com o declínio da atividade industrial, a expansão das atividades financeiras e dos serviços e a mudança do seu papel, tendo como hipótese básica a existência de vínculos estruturais e necessários entre a globalização e a intensificação da dualização

social das metrópoles. Com a segmentação do mercado de trabalho, as transformações assinaladas produziram uma nova estrutura social, marcada pela polarização entre categorias superiores e inferiores da hierarquia social e pela concentração de renda, assim como pela redução das camadas médias. Refletindo-se no plano espacial, estes processos gerariam, também, a dualização das estruturas urbanas.

Essas hipóteses, no entanto, parecem não resistir ao confronto com a realidade. Pesquisas efetuadas em metrópoles como Paris, Londres, Madri, Rio de Janeiro, Buenos Aires e Santiago não confirmam a substituição da estrutura de classes da sociedade industrial por uma polarização entre os mais ricos e os mais pobres e nem a dualização do espaço urbano. Como assinala Ribeiro (L.C., 2000 b), paralelamente a fenômenos similares –tais como: redução do proletariado industrial, crescimento do setor terciário e do emprego em serviços (em atividades de alta e baixa qualificação), empobrecimento de zonas centrais, mudanças de função em algumas áreas da cidade e auto-segregação das elites, que tendem a se isolar em enclaves residenciais e em outros espaços exclusivos– as pesquisas evidenciam uma certa estabilidade das estruturas social e urbana.

Em defesa dos autores que prevêem uma crescente polarização social, poderia ser dito que estamos em um período de significativa transição, sendo natural que características das estruturas urbanas anteriores coexistam com novas tendências e mudanças ainda pouco visíveis.

O que fica claro, entretanto, é a inexistência de uma trajetória única e de tendências universais e inexoráveis para as cidades globais e, menos ainda, para as grandes metrópoles nacionais, na medida em que a globalização constitui um fenômeno inacabado, contraditório e de efeitos seletivos sobre os diferentes territórios, comandado por forças transnacionais, mas, também dependente de condições políticas e decisões nacionais e locais. A negação da trajetória única exige a avaliação das especificidades locais para que sejam reconhecidas diferenças nos impactos internos da abertura e do “ajuste”, já que se considera que diferenças nas trajetórias históricas e na configuração das cidades e das instituições e em características de atores nacionais e locais também interferem, de forma relevante, na dinâmica e nos efeitos das mudanças em discussão.

Apresentando estudos sobre cidades européias e latino-americanas, a coletânea organizada por Luiz César de Queiroz Ribeiro (2000[a]) é bastante ilustrativa a esse respeito. Por exemplo, Mattos (2000), discutindo as relações entre globalização e metropolização em Santiago do Chile, assinala como a mudança no padrão de desenvolvimento do país ocasionou redução do emprego na indústria e no setor público. A recuperação econômica e a expansão dos serviços, porém, viabilizaram um aumento geral do emprego e da renda per capita naquela cidade com a persistência do padrão de desigualdade social e da distribuição regressiva de renda, uma vez que a precarização e a informalidade constituem atributos significativos do mercado de trabalho local. Já no caso de

Madri, estudado por Maldonado (2000), a redução do emprego industrial foi compensada por considerável aumento da ocupação nos serviços empresariais (ligados à produção e às finanças), nos serviços públicos e nos vinculados ao consumo social, como saúde e educação, com absorção de profissionais mais qualificados. Esta mudança se traduziu num aumento numérico das classes médias, assim como em menores desigualdades na distribuição de renda.

A trajetória recente do Rio de Janeiro também não confirma a hipótese da dualização. Conforme Ribeiro (op cit), dos anos 80 para os anos 90, a estrutura ocupacional desta metrópole foi marcada pela redução do operariado industrial, em termos absolutos e relativos, e pelo crescimento dos ocupados em atividades terciárias e do sub-proletariado urbano. A precarização dos vínculos de emprego e o empobrecimento do conjunto dos trabalhadores ampliaram as desigualdades na distribuição de renda. Paralelamente, porém, houve forte incremento da elite intelectual, ao lado de redução da elite dirigente. Também chamam a atenção a importância e a ampliação das classes médias na estrutura social da região metropolitana.

A inexistência de uma trajetória única, todavia, não implica na inexistência de mudanças comuns à maioria das metrópoles contemporâneas. Como sugerem os próprios textos da coletânea de Ribeiro, a terciarização crescente da economia das grandes cidades é talvez a mais importante destas mudanças. Nesta direção, Bonamy e May (1994), Hansen (1994) e Philippe, Léo e Bouliane (1998), entre outros, mostram como os processos de crescimento metropolitano vão sendo modificados pela expansão das novas atividades de serviços e como esta expansão provoca mudanças importantes na configuração espacial e na estrutura de emprego de grandes cidades européias e norte-americanas. Este processo reflete a prévia relação inter-setorial, a profundidade das cadeias nacionais de fornecedores, a velocidade e a intensidade dos processos de abertura comercial, que desmontam setores já existentes e destinam segmentos sociais integrados à exclusão. A flexibilização dos mercados de trabalho e a informalização das relações de emprego constituem outras faces deste mesmo fenômeno.

Por outro lado, no caso do Brasil, a análise das reconfigurações espaciais e urbanas não pode secundarizar a herança histórica de um processo de urbanização marcado pela rapidez e pela excludência social, a diferenciação da rede urbana e metropolitana dela resultante ou os efeitos espaciais e sociais do chamado “ajuste estrutural” e das políticas recentes de inserção do país na nova ordem mundial.

No Brasil, os processos de urbanização e de industrialização, com a constituição de uma economia e de um mercado nacional integrado, produziram uma divisão interregional do trabalho que cristalizou e aprofundou desigualdades espaciais existentes desde o início da sua história. Contudo, entre as décadas de 60 e 80, preocupando-se com o surgimento de conflitos sociais, a integração e unidade do país e a promoção do desenvolvimento, o Estado nacional tomou algumas iniciativas e formulou políticas especificamente dirigidas ao incentivo do

crescimento de regiões mais pobres e menos dinâmicas, como o Nordeste e à ocupação das fronteiras.

Em decorrência de políticas explicitamente regionais, dos efeitos espaciais de políticas setoriais e da presença de grandes empresas estatais, registrou-se, então, uma certa tendência à descentralização da produção e da indústria, com o surgimento de pólos dinâmicos em áreas estagnadas. Estas políticas beneficiaram algumas capitais, ainda que a produção e a riqueza nacional permanecessem bastante concentradas nas regiões Sudeste e Sul e num pequeno número de estados da Federação. No caso do Nordeste, este movimento favoreceu especialmente a Região Metropolitana de Salvador, mais integrada intersetorialmente com as necessidades do parque industrial do Centro-Sul. As regiões metropolitanas do Recife e de Fortaleza também cresceram, porém mantendo uma dinâmica menos acelerada e mais endogenamente determinada.

Como seria de se esperar, essas desigualdades se refletem na rede urbana, que apresenta enorme heterogeneidade. Estudo recente sobre suas características e perspectivas (IPEA/UNICAMP/NESUB/IBGE, 1999) reconhece a existência de três grandes estruturas urbanas no país –Centro-Sul, Nordeste e Centro-Oeste– com doze subsistemas regionais comandados por treze metrópoles. Analisando estas estruturas, o estudo ressalta a sua grande diversidade, em termos de configuração espacial, densidade, organização produtiva, dotação de infra-estrutura e serviços básicos, dinâmica populacional, condições de vida e perspectivas de desenvolvimento. Esta diversidade não apenas interfere nas possibilidades e modalidades de incorporação das diferentes áreas e centros urbanos aos novos fluxos dinâmicos como, também, tende a ser por eles reforçada nos anos 90.

Essa questão é destacada por estudos como os de Araújo (1995 e 1999), Lavinas, Garcia e Amaral (1997) e Diniz (2000), que constata, na última década, interrupção do processo de descentralização econômica verificado em décadas anteriores e tendência à reconcentração do dinamismo em certas áreas e metrópoles. Esta tendência privilegia o Sudeste e o Sul do país, com a reconfiguração do padrão de desenvolvimento brasileiro e a implementação de um conjunto de políticas convergentes, recomendadas pelas agências multinacionais.

Denominadas como “ajuste estrutural”, “reformas estruturais” ou “reformas orientadas para o mercado”, essas políticas envolvem a realização de uma abertura comercial intensa e rápida, a implementação de um programa de privatizações, a ênfase nos mecanismos de mercado e uma profunda reformulação das funções do Estado, não apenas no seu papel econômico e funções reguladoras como, também, nas suas responsabilidades enquanto responsável pela implementação de políticas econômicas e sociais. Além dos impactos da acelerada e generalizada abertura comercial, a privatização constitui um outro processo com efeitos regionais desiguais. Nas metrópoles nordestinas, o papel das empresas estatais era bem mais relevante do que naquelas do Centro-Sul.

A nova ênfase na competitividade e na integração dos espaços dinâmicos do país ao mercado externo soma-se à ausência ou à redução de iniciativas e políticas governamentais de caráter industrial ou regional que pudessem atenuar os impactos seletivos das transformações em apreço, compatibilizando-as, de alguma forma, com a integração nacional. Regionalismos e políticas tradicionais, afirmadoras de uma unidade de interesses comuns, são substituídos por um localismo de caráter fragmentador, que busca suas próprias definições e alternativas e disputa investimentos e empregos através da “guerra fiscal” e da oferta de vantagens crescentes aos setores empresariais (Araújo, 1995 e 1999; Costa, 2000).

Na verdade, a “guerra fiscal” constitui uma tentativa de resistência passiva e isolada dos governos estaduais e municipais aos novos fatores determinantes da (des)localização industrial. A nova indústria e os novos serviços são *footloose*, vale dizer, dotados de uma mobilidade locacional muito maior, garantida pela redução do custo do capital fixo, pelas novas tecnologias de informação e comunicação e pela terceirização de atividades anteriormente internalizadas. As firmas que se modernizam têm assim menores “custos de saída” para abandonar regiões e cidades onde enfrentam o que consideram como deseconomias externas ou de aglomeração, conceito que abrange fatores tão diversos quanto os engarrafamentos e os sindicatos combativos.

Nessas circunstâncias, ocorre uma reconfiguração econômica e espacial de impactos decisivos sobre as estruturas urbanas e metropolitanas, que torna obsoletas vantagens locais comparativas do passado, deixa à margem diversas áreas do país e privilegia outras a partir da lógica das grandes empresas transnacionais e dos capitais e interesses a elas associados e do novo padrão de desenvolvimento. Como já mencionado, estes processos favorecem espaços e cidades que acumularam certas vantagens e que podem atender melhor aos requisitos da denominada “acumulação flexível”, tais como: disponibilidade de centros de produção de conhecimento e tecnologia, dotação mais ampla e diversificada de infra-estrutura, oferta diferenciada de serviços empresariais, proximidade dos mercados de alta renda e dos “nós” dos fluxos globalizados.

Tornou-se consensual nas discussões sobre a agenda da pesquisa urbana, a relevância de estudos dos efeitos da reestruturação produtiva sobre o território, a dinâmica e as condições de vida nas áreas metropolitanas. No Brasil estes estudos ainda são escassos, merecendo destaque os que vêm sendo efetuados no âmbito do Projeto Metrópoles, Desigualdades Sócio-Espaciais e Governança Urbana. Dialogando com a literatura internacional e utilizando amplamente dados censitários e outras informações, este projeto tem analisado as condições de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre, abordando questões como a reconfiguração espacial e a segregação urbana, a exclusão social, a implementação de políticas públicas e os novos padrões de gestão. No caso do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, também têm sido estudadas permanências e

mudanças na estrutura ocupacional e social (Bogus e Ribeiro, 1999[a] e 1999[b]; Bogus e Ribeiro, 2000[a] e 2000[b]; Veiga, 2000).

É claro, porém, que as conclusões dessas pesquisas não podem ser generalizadas para o conjunto das metrópoles brasileiras. Situadas nas regiões mais desenvolvidas do país, aquelas capitais possuem estruturas produtivas densas, diversificadas e dinâmicas e condições privilegiadas nos termos das transformações atuais. Rio de Janeiro e São Paulo –pelo seu papel de “intermediadoras” e principais elos de ligação da economia do Brasil e de outras áreas da América Latina com os centros e fluxos do capital global– vêm se configurando como cidades globais e *gateway cities*, concentrando as sedes de grandes empresas, o capital financeiro e os serviços modernos, os centros de informações e decisões. Porto Alegre possui outras especificidades, como uma qualidade de vida superior, o que hoje se constitui em importante vantagem comparativa. Assim, cabe multiplicar os estudos. O presente trabalho pretende contribuir nesta direção, trazendo o caso de Salvador, cuja trajetória recente é bastante rica e instigante para a reflexão dos impactos sociais da reestruturação produtiva.

### **A trajetória de Salvador**

Salvador é a terceira maior cidade brasileira, com quase 2,5 milhões de habitantes, e uma área metropolitana classificada como a sexta do país. Fundada no início do período colonial, com funções político-administrativas e mercantis, sediou o governo geral do Brasil até 1763. Mas, com a transferência da capital do país para o Rio de Janeiro, o declínio da base agro-exportadora local e, posteriormente, a constituição de um mercado unificado nacionalmente e a concentração industrial no Centro-Sul, a cidade foi afetada negativamente, experimentando um longo período de estagnação econômica e demográfica, que só começou a ser superada na década de 1950, com a descoberta e exploração de petróleo no Recôncavo baiano, por algumas décadas responsável pela maior parte da produção nacional.

Com um volume de investimentos sem paralelo na história da economia do estado, a Petrobrás elevou o emprego industrial, a massa de salários e o montante da renda, estimulando o surgimento de algumas indústrias complementares à empresa, a construção civil, o comércio e os serviços; desencadeando um significativo crescimento populacional, econômico e urbano em Salvador e nas franjas da cidade e constituindo a sua região metropolitana. Em fins da década de 60, essa área também passou a receber alguns investimentos industriais incentivados pela SUDENE. Mais recentemente, dos anos 70 para os 80, esforços desenvolvimentistas do governo federal que visavam complementar a matriz industrial brasileira, com a produção de insumos básicos e bens intermediários, aproveitaram vantagens locais existentes para a implementação do Pólo



Petroquímico de Camaçari, que se converteu no foco dinâmico da economia regional, comandando a expansão e a diversificação da estrutura produtiva.

Esses fenômenos tiveram um impacto extraordinário nos municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e, especialmente, na velha capital baiana. Em 1950, a cidade possuía apenas 393 mil habitantes. Entre 1950 e 1970, a população mais que duplicou, atingindo 1 milhão de pessoas. Nas décadas seguintes, as taxas de crescimento começam a diminuir, muito lentamente, situando-se ainda entre 3 e 4% ao ano. Assim, a população atingiu quase 1,5 milhão, em 1980, e superou os 2 milhões, no início dos anos 90.

Em 2000, seus 2,5 milhões de habitantes se somam aos mais de 600 mil residentes de outros municípios da Região Metropolitana, formando –em termos demográficos– um dos seis mais importantes mercados regionais do país. Como observado noutras regiões metropolitanas brasileiras, na década de 90, a população cresce muito mais nas áreas periféricas do que nas zonas centrais, com importantes conseqüências no que se refere ao provimento de infra-estrutura urbana e atendimento das necessidades sociais.

A expansão e as transformações do tecido urbano também foram radicais. O crescimento da indústria e dos serviços incidiu sobre uma região urbana pobre e incipiente, polarizada por uma cidade praticamente estagnada ao longo de várias décadas, exigindo sua transformação. A acomodação da metrópole às suas novas funções se deu de forma bastante rápida e abrupta, entre as décadas de 60 e 70, com a realização de grandes obras que acompanharam e anteciparam os vetores da expansão urbana.

Comprometida com um projeto de modernização excludente da cidade e com os interesses do capital imobiliário, a Prefeitura de Salvador, que detinha a maioria das terras do município, transferiu sua propriedade para algumas poucas mãos privadas através da chamada Lei da Reforma Urbana. Promoveu, ainda, ampliação substancial do sistema viário, com a abertura das avenidas de vale, extirpando do tecido urbano um conjunto significativo de assentamentos de população pobre, que ocupavam tradicionalmente os fundos até então inacessíveis dos numerosos vales de Salvador. Além disso, erradicou invasões populares localizadas na orla marítima, área reservada ao turismo, outro componente da estratégia de crescimento e modernização da cidade (Brandão, 1981; Souza, 2000).

Essas intervenções, associadas à realização de investimentos complementares, pesados e seletivos –que, concentrados na infra-estrutura e no projeto industrial, deixaram para um futuro indefinido o atendimento das carências sociais e dos equipamentos e serviços de consumo coletivo– interferiram decisivamente na conformação de um novo padrão de produção do espaço urbano, com a configuração de três vetores bem diferenciados de expansão da cidade: a orla marítima norte, o “miolo” e o subúrbio ferroviário no litoral da Baía de Todos os Santos.

O primeiro, constitui a “área nobre” da cidade, local de moradia, serviços e lazer, onde se concentram a riqueza, os investimentos públicos, os equipamentos urbanos e os interesses da produção imobiliária. O segundo, localizado no centro geográfico do município, começou a ser ocupado com a implantação de conjuntos residenciais para a “classe média baixa” na fase áurea do Sistema Financeiro de Habitação, tendo a sua expansão continuada por loteamentos populares e invasões, com restrita disponibilidade de equipamentos e serviços. Finalmente, o subúrbio ferroviário transformou-se na área mais carente e problemática da cidade, concentrando uma população extremamente pobre em loteamentos populares e invasões, marcados por precariedade habitacional, deficiências de infra-estrutura e serviços básicos e, mais recentemente, altos índices de violência (Franco, Santos e Gabrielli, 1998; Carvalho e Pinho, 1998; Souza, 2000). Assim, a segregação sócio-espacial da pobreza se consolidou e intensificou com o surgimento da Salvador moderna.

A dinâmica e as transformações assinaladas refletiram-se igualmente na estrutura ocupacional e social da cidade e de sua região. Apesar dos seus reduzidos vínculos com os demais setores da economia baiana, os investimentos industriais na RMS, concentrados na petroquímica, estimularam, direta e indiretamente, através do gasto público estadual e de transferências federais, o surgimento de novas atividades e a expansão e modernização de outras. A administração pública ganhou maior peso, o varejo acelerou sua renovação com a multiplicação de *shopping centers* e supermercados, assim como os serviços de consumo coletivo, notadamente educação e saúde. Também outros serviços de consumo intermediário ou final –engenharia, transporte, telecomunicações– conheceram significativo desenvolvimento. Com isso, as atividades agropecuárias perderam qualquer importância na RMS, enquanto crescia o emprego urbano, com o surgimento de novas empresas e a criação de várias instituições públicas, estatais ou sociais, concentradas no município de Salvador.

As classes médias, até então reduzidas, cresceram e se diversificaram, com o aumento do contingente de empregados de escritório e uma maior demanda de técnicos e de profissionais de qualificação superior, como administradores, economistas, engenheiros, contadores, advogados, professores e profissionais de saúde.

O emprego na indústria de transformação se expandiu, principalmente a partir da implementação do Complexo Petroquímico de Camaçari que, em pouco mais de sete anos, criou cerca de 20.000 empregos diretos, levando à emergência de um operariado industrial moderno, com maior qualificação, salários e benefícios trabalhistas bem mais elevados do que a média local, além de outros 25.000 empregos indiretos nas empresas prestadoras de serviço. Contudo, o perfil dessa indústria automatizada, voltada para a produção de insumos básicos destinados à indústria do Sudeste do país, e a exiguidade do mercado consumidor regional

—pouco atrativo para investimentos com maior capacidade de absorção de mão-de-obra, como a indústria de bens de consumo final— manteve a parcela de trabalhadores ocupados no setor industrial bem mais reduzida do que em outras metrópoles brasileiras.

Além disso, as transformações assinaladas incidiram sobre um mercado de trabalho marcado por super oferta de mão-de-obra de baixa qualificação, reforçada pela atração de fluxos migratórios para Salvador e sua área metropolitana, pela vinculação de grande parcela de força de trabalho a ocupações precárias e de baixa remuneração e por uma oferta restrita de postos de trabalho de qualidade, socialmente protegidos, com salários mais elevados e possibilidades de ascensão profissional (Carvalho e Souza, 1980; Borges e Filgueiras, 1995; Borges, 1996). No entanto, é preciso ter cuidado e não retirar conclusões rápidas destas observações.

A oferta de trabalho na RMS se distingue do que ocorre noutras regiões metropolitanas brasileiras. As hipóteses relativas à maior mobilidade da força de trabalho não parecem encontrar evidências empíricas significativas, uma vez que na RMS o crescimento da população em idade ativa (PIA) não parece ser distinto do observado noutras áreas. Como explicar taxas maiores de desemprego na RMS, se a expansão da PIA é semelhante? Ao mesmo tempo, na RMS, a população economicamente ativa (PEA) vem se reduzindo nos últimos anos em relação à PIA, muito mais que em outras regiões, o que seria contraditório com a hipótese de um desemprego provocado por excesso de oferta de trabalho. Assim, o crescimento do desemprego parece estar mais intensamente associado à insuficiência na criação de novos postos de trabalho, capazes de absorver os deslocados do mercado que não se movimentaram em direção à inatividade (Azevedo, 2000; Almeida e Azevedo, 1999).

Ainda que esses problemas não chegassem a ser superados, a expansão e a diversificação da estrutura produtiva da RMS e o processo de crescimento que persistiu até meados da década de 80 ampliaram as oportunidades de trabalho e de obtenção de renda, com crescimento do emprego formal e das remunerações oferecidas em alguns setores, configurando uma certa tendência de maior integração social. Mas, o esgotamento da “industrialização por substituição de importações” também mudou a realidade econômica da RMS. O avanço da crise nos anos 90, o ajuste e as transformações dele decorrentes, afetaram negativamente a economia regional e interromperam a frágil estruturação do mercado de trabalho iniciada nas décadas anteriores, reforçando características da estrutura ocupacional associadas —nos anos 1960-70— ao atraso da região; características que, supostamente, seriam superadas com o avanço da industrialização: desemprego estrutural, informalidade e tendência à queda dos rendimentos reais dos trabalhadores.

## O panorama dos anos recentes

As conseqüências da reestruturação produtiva em Salvador e sua região metropolitana não diferem substancialmente das observadas em outros grandes centros brasileiros, com a sua dimensão e repercussões adversas ampliadas por condições e especificidades locais.

A Tabela I, baseada em dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (IBGE), revela mudanças fundamentais ocorridas, entre 1993 e 1999, na distribuição da ocupação nas principais regiões metropolitanas brasileiras.

Tabela I

*Distribuição dos ocupados segundo o ramo de atividade nas principais regiões metropolitanas brasileiras e variação da participação relativa da ocupação nos ramos - 1993/1999*

Ramos de Atividade do Trabalho Principal	B. Horizonte			São Paulo			R. de Janeiro		
	1993	1999	Var. (%)	1993	1999	Var. (%)	1993	1999	Var. (%)
Agrícola	4,08	3,29	-19,19	1,24	1,03	-17,16	1,19	0,74	-38,06
Indústria de Transformação	16,41	14,68	-10,53	25,35	18,74	-26,00	13,92	9,69	-30,41
Indústria de Construção	10,10	10,29	1,88	6,78	6,32	-6,77	7,62	7,22	-5,27
Outras atividades industriais	2,05	1,38	-32,69	1,10	0,65	-40,55	1,61	1,44	-10,85
Comércio de mercadorias	14,88	13,80	-7,29	16,54	16,58	0,27	15,06	15,60	3,63
Prestação de serviços	24,64	27,03	9,70	20,97	24,22	15,49	26,20	28,25	7,84
Serviços auxiliares	4,60	5,38	16,98	5,45	8,11	48,91	5,61	6,69	19,42
Transporte e comunicação	5,42	5,37	-0,99	5,19	5,89	13,68	6,12	6,83	11,64
Serviços sociais	10,81	11,23	3,88	9,77	11,15	14,12	12,48	13,15	5,35
Administração pública	4,75	4,60	-3,11	3,35	3,39	1,17	5,93	6,94	16,92
Outras e não declaradas	3,06	2,39	-22,08	4,26	4,11	-3,51	4,27	3,56	-16,58
Total Serviços	64,30	67,97	5,70	61,26	69,14	12,86	71,39	77,36	8,35
Total Indústria	28,56	26,35	-7,73	33,24	25,72	-22,62	23,15	18,34	-20,77

Ramos de Atividade do Trabalho Principal	Curitiba			P. Alegre			Salvador		
	1993	1999	Var. (%)	1993	1999	Var. (%)	1993	1999	Var. (%)
Agrícola	7,55	5,40	-28,44	6,78	4,35	-35,70	2,10	2,69	28,16
Indústria de Transformação	15,88	15,83	-0,33	23,88	18,87	-20,92	8,78	8,41	-4,22
Indústria de Construção	9,00	9,44	4,81	6,68	7,14	6,81	8,10	8,01	-1,05
Outras atividades industriais	1,82	1,06	-41,78	1,16	0,92	-20,79	2,08	1,29	-38,18
Comércio de mercadorias	15,46	16,36	5,80	13,82	14,49	4,83	18,39	18,60	1,15
Prestação de serviços	20,11	22,58	12,29	19,08	21,86	14,57	27,43	27,62	0,69
Serviços auxiliares	5,45	6,42	17,88	5,72	6,95	21,63	5,42	6,92	27,63
Transporte e comunicação	5,17	4,98	-3,68	4,19	4,46	6,55	5,24	5,23	-0,23
Serviços sociais	9,65	10,21	5,84	10,22	12,52	22,59	12,10	13,08	8,16
Administração pública	5,09	4,85	-4,68	4,40	4,79	8,98	6,66	5,67	-14,89
Outras e não declaradas	4,81	2,87	-40,40	4,10	3,63	-11,36	3,69	2,47	-33,19
Total Serviços	60,93	66,40	9,03	57,41	66,08	15,05	75,24	77,13	2,50
Total Indústria	26,71	26,33	-1,42	31,71	26,30	-15,07	18,96	17,71	-6,59

Tabela I (continuação)

Ramos de Atividade do Trabalho Principal	Recife			Fortaleza			Belém		
	1993	1999	Var. (%)	1993	1999	Var. (%)	1993	1999	Var. (%)
Agrícola	4,71	3,68	-22,28	3,43	3,58	3,88	2,07	1,19	-42,29
Indústria de Transformação	10,91	10,13	-7,16	17,04	15,76	-7,48	8,03	7,42	-7,64
Indústria de Construção	6,68	6,89	3,04	9,10	7,21	-20,81	5,88	5,66	-3,97
Outras atividades industriais	1,45	1,14	-21,16	1,17	0,69	-40,63	1,49	0,91	-39,18
Comércio de mercadorias	19,81	19,41	-2,01	19,94	19,26	-3,40	20,37	22,30	9,46
Prestação de serviços	27,38	26,85	-1,93	26,46	27,39	3,51	27,50	29,02	5,54
Serviços auxiliares	4,28	5,62	31,21	2,26	4,02	77,77	3,77	5,52	46,53
Transporte e comunicação	4,40	5,47	24,89	4,02	4,01	-0,47	5,30	5,07	-4,31
Serviços sociais	10,89	11,15	2,40	9,10	11,59	27,32	12,96	12,06	-6,78
Administração pública	5,76	5,39	-6,52	5,17	4,10	-20,68	9,61	8,53	-11,19
Outras e não declaradas	3,64	4,30	18,02	2,31	2,41	4,53	3,02	2,31	-23,70
Total Serviços	72,61	73,88	1,75	66,96	70,37	5,09	79,50	82,53	3,80
Total Indústria	19,04	18,15	-4,64	27,20	23,66	-12,34	15,40	13,97	-9,29

Ramos de Atividade do Trabalho Principal	Total das RMs		
	1993	1999	Var. (%)
Agrícola	2,61	2,09	-19,86
Indústria de Transformação	18,86	14,76	-21,77
Indústria de Construção	7,52	7,29	-3,06
Outras atividades industriais	1,42	1,01	-29,28
Comércio de mercadorias	16,34	16,40	0,32
Prestação de serviços	23,43	25,68	9,63
Serviços auxiliares	5,16	6,82	34,08
Transporte e comunicação	5,24	5,62	7,27
Serviços sociais	10,66	11,00	3,15
Administração pública	4,77	4,83	1,22
Outras e não declaradas	3,98	3,51	-11,78
Total Serviços	65,60	71,34	8,75
Total Indústria	27,81	23,06	-17,08

Fonte: PNADs 1993 e 1999, nossos cálculos.

A constatação mais relevante é a desindustrialização absoluta e/ou relativa da ocupação na maior parte das regiões, especialmente naquelas que concentravam a indústria brasileira: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. A Tabela II mostra como a ocupação na indústria de transformação cai absolutamente nestas regiões, com exceção de Belo Horizonte, que apresenta variação positiva, ainda que medíocre. Nota-se, ao mesmo tempo, o crescimento da ocupação industrial sobretudo em Curitiba mas, também, em Salvador e, em menor grau, em Fortaleza. Nestas três regiões periféricas, a desindustrialização é apenas relativa; a ocupação industrial cresce porém, menos do que a ocupação nos serviços. Isto porque, se fatores como a acelerada inovação tecnológica destróem empregos na indústria, ocorre, também, migração do capital, que abandona os grandes centros saturados, atraído pela combinação de incentivos

fiscais, ausência de sindicatos fortes e outras condições específicas da periferia. Este é o caso, fundamentalmente, da região metropolitana de Curitiba, que tem abrigado parcela considerável dos novos investimentos automobilísticos no país.

Tabela II

**Crescimento do número ocupados segundo o ramo de atividade entre 1993 e 1999 em regiões metropolitanas selecionadas - (%)**

Ramos de Atividade do Trabalho Principal	Belo Horizonte	São Paulo	Rio de Janeiro	Curitiba	Porto Alegre	Salvador	Recife	Fortaleza	Belém	Total das RMs
Agrícola	-6,55	-12,50	-36,63	-6,84	-32,19	49,30	-14,30	18,38	-42,06	-13,35
Indústria de Transformação	3,46	-21,32	-28,81	29,76	-16,61	11,57	2,34	5,64	-7,26	-15,41
Indústria de Construção	17,82	-1,53	-2,09	26,46	12,64	15,27	13,69	-9,68	-3,57	4,82
Outras atividades industriais	-22,16	-37,21	-8,80	-24,20	-16,46	-27,98	-13,06	-22,22	-38,59	-23,61
Comércio de mercadorias	7,23	5,82	6,02	37,75	10,55	17,85	8,03	10,29	9,91	9,12
Prestação de serviços	26,06	21,98	10,32	46,20	20,82	17,29	8,11	18,19	5,96	18,54
Serviços auxiliares	49,16	57,29	22,17	53,21	26,26	48,08	44,64	102,97	47,13	44,88
Transporte e comunicação	14,50	15,86	14,11	25,40	12,47	16,23	34,37	13,04	-3,52	15,89
Serviços sociais	29,81	20,55	7,77	37,79	29,27	26,00	12,88	45,38	-6,40	19,65
Administração pública	12,04	6,87	17,98	24,10	14,93	-0,86	3,05	-8,43	-10,83	9,45
Outras e não declaradas	-9,89	1,32	-14,66	-22,40	-6,53	-22,17	30,11	19,35	-23,39	-4,61
Total Serviços	16,08	11,46	4,61	29,51	11,57	13,82	6,82	15,98	0,41	10,88
	15,64	5,63	2,30	30,19	5,46	16,49	10,24	14,18	0,41	8,13

Fontes: PNADs 1993 e 1999, nossos cálculos.

O segundo fenômeno importante observado nas Tabelas I e II é a expansão dos *novos* serviços. A PNAD mostra o que dados da PED confirmarão adiante: nas regiões metropolitanas brasileiras, os postos de trabalho têm crescido sobretudo nas categorias serviços auxiliares e serviços sociais. A primeira categoria engloba, nos termos da PNAD, os serviços que apóiam outras atividades econômicas-empresariais de consumo intermediário e técnico-profissionais. A segunda, corresponde aos serviços de saúde e educação.

A Tabela III apresenta o “quociente de localização” (QL) dos diversos setores das economias metropolitanas brasileiras, ainda segundo a distribuição da ocupação registrada pela PNAD. Este quociente, como se sabe, ajuda a perceber o grau de especialização de uma determinada região num determinado ramo de atividade. Os QLs registrados pela Tabela III identificam quatro regiões metropolitanas “especializadas” em atividades industriais: São Paulo, Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte. As duas primeiras, com grande peso da indústria de transformação; as duas últimas, principalmente em razão do dinamismo recente da construção civil. No que diz respeito aos serviços, confirma-se: o caráter de *global city* de São Paulo, em razão do peso dos serviços financeiros (incluídos em “outras atividades”) e do desenvolvimento de serviços empresariais; a terciarização acelerada do Rio de Janeiro, com especialização marcada em serviços de utilidade pública, prestação de serviços, transporte e comunicação, serviços sociais e, particularmente, administração pública; o caráter não-industrial das regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Belém; o peso da administração pública e do comércio e, por conseguinte, sua importância

para a geração de ocupações nestas regiões; e a posição intermediária de Fortaleza, que combina alguma presença de ocupação industrial e menor peso da administração pública, com importância ainda grande do comércio e pouco desenvolvimento dos serviços de consumo intermediário.

Tabela III

***Grau de especialização\* da economia das principais regiões metropolitanas brasileiras segundo o ramo de atividade 1993 e 1999***

Ramos de Atividade do Trabalho Principal	B. Horizonte		São Paulo		R. de Janeiro		Curitiba		P. Alegre	
	1993	1999	1993	1999	1993	1999	1993	1999	1993	1999
Agriculta	1,56	1,57	0,48	0,49	0,46	0,35	2,89	2,58	2,60	2,98
Indústria de Transformação	0,87	0,99	1,34	1,27	0,74	0,86	0,84	1,07	1,27	1,28
Indústria de Construção	1,34	1,41	0,90	0,87	1,01	0,99	1,20	1,29	0,99	0,98
Outras atividades industriais**	1,44	1,37	0,77	0,65	1,13	1,43	1,28	1,06	0,82	0,92
Comércio de mercadorias	0,91	0,84	1,01	1,01	0,92	0,96	0,96	0,99	0,86	0,88
Prestação de serviços	1,05	1,05	0,90	0,94	1,12	1,10	0,86	0,88	0,81	0,85
Serviços auxiliares	0,89	0,86	1,05	1,17	1,09	0,97	1,06	0,93	1,11	1,00
Transporte e comunicação	1,03	0,95	0,99	1,01	1,17	1,21	0,99	0,89	0,90	0,79
Serviços sociais	0,94	0,95	0,92	0,95	1,17	1,11	0,90	0,87	0,96	1,06
Administração pública	1,00	0,95	0,70	0,70	1,24	1,42	1,07	1,00	0,92	0,90
Outras e não declaradas	0,77	0,68	1,07	1,17	1,07	1,01	1,21	0,82	1,03	1,03
Total Serviços	0,96	0,94	0,91	0,96	1,07	1,07	0,91	0,90	0,86	0,90
Total Indústria	1,08	1,20	1,26	1,17	0,88	0,83	1,01	1,19	1,20	1,22

Ramos de Atividade do Trabalho Principal	Salvador		Recife		Fortaleza		Belém		Total das RM's	
	1993	1999	1993	1999	1993	1999	1993	1999	1993	1999
Agriculta	0,80	1,29	1,80	1,75	1,31	1,70	0,79	0,57	1,00	1,00
Indústria de Transformação	0,47	0,57	0,58	0,69	0,90	1,07	0,43	0,50	1,00	1,00
Indústria de Construção	1,06	1,10	0,89	0,94	1,21	0,99	0,78	0,77	1,00	1,00
Outras atividades industriais**	1,46	1,28	1,02	1,13	0,82	0,89	1,05	0,90	1,00	1,00
Comércio de mercadorias	1,13	1,13	1,21	1,18	1,22	1,17	1,25	1,35	1,00	1,00
Prestação de serviços	1,17	1,08	1,17	1,05	1,13	1,07	1,17	1,13	1,00	1,00
Serviços auxiliares	1,05	1,00	0,83	0,81	0,44	0,58	0,73	0,80	1,00	1,00
Transporte e comunicação	1,00	0,93	0,96	0,97	0,77	0,71	1,01	0,90	1,00	1,00
Serviços sociais	1,14	1,11	1,02	0,95	0,85	0,98	1,22	1,02	1,00	1,00
Administração pública	1,40	1,17	1,21	1,12	1,08	0,85	2,01	1,77	1,00	1,00
Outras e não declaradas	0,93	0,70	0,91	1,22	0,58	0,69	0,76	0,68	1,00	1,00
Total Serviços	1,15	1,08	1,10	1,04	1,02	0,98	1,21	1,15	1,00	1,00
Total Indústria	0,64	0,74	0,67	0,77	0,99	1,04	0,53	0,59	1,00	1,00

\*  $GE_i = (o_i/o)/(O_i/O)$ , onde  $o_i$  é o total de ocupados no setor  $i$  de uma Região Metropolitana  $i$ ,  $o$  é o total de ocupados nesta RM,  $O_i$  é o total de ocupados no setor  $i$  do conjunto das regiões metropolitanas, e  $O$  é o total de ocupados no conjunto das RMs.

\* As “outras atividades industriais” são compostas de “extração mineral” e “serviços de utilidade pública”; dado o maior peso desta última categoria, foram incluídas no total de serviços.

Fonte: PNADs 1993 e 1999.

Quanto a Salvador, a Tabela III demonstra, ainda que indiretamente, que esta metrópole de grande porte se situa num estado com poucas cidades de porte médio, onde o chamado “efeito-capital” se manifesta plenamente. É o que

provavelmente indica o grau de especialização mais elevado em serviços de utilidade pública, comércio, serviços sociais e administração pública.

Os dados mais recentes da PNAD comprovam um fenômeno que já era perceptível no final da década de 80: a terciarização ocorrida nas metrópoles brasileiras nas duas últimas décadas não se confunde com a terciarização “espúria” identificada nos anos 60 e 70 (ver, por exemplo, Andrade, 1995). As análises dos anos 90, porém, ainda estavam fortemente influenciadas pelos críticos do “pós-industrialismo” à la Daniel Bell (1973), cujos representantes típicos foram Cohen e Zysman (1987). Estas análises se resumiam a notar uma expansão dos serviços “produtivos”, “complementares”, “modernos”, que seria subordinada à expansão industrial, no quadro da nova dinâmica da indústria, considerada como o “motor” da transformação.

A questão atual é ir além deste tipo de visão e reconhecer que muitos segmentos dos serviços têm hoje uma dinâmica própria no plano regional, crescendo independentemente da performance imediata da indústria, como ocorre, por exemplo, com o turismo, a educação e a saúde. Esta dinâmica explica-se, entre outros fatores, pelo fato de que grandes metrópoles constituem grandes mercados, oferecendo as condições necessárias ao crescimento da chamada “economia da urbanização”: pequenas indústrias de alimentos e confecções, comércio varejista, prestação de serviços, etc. Além disso, podem oferecer maiores externalidades –economias de aglomeração– às empresas que se expandem em escala nacional ou internacional, na medida em que concentram segmentos produtivos destinados ao atendimento do setor empresarial.

Concluindo esta breve análise comparativa das principais economias metropolitanas brasileiras, a Tabela IV mostra claramente como a “guerra fiscal”, associada à migração do capital industrial *footloose*, tem levado ao incremento da participação de algumas metrópoles periféricas no conjunto da ocupação industrial (indústria de transformação). Nessa “guerra”, São Paulo e Rio de Janeiro vêm perdendo. Ganham Curitiba, Belo Horizonte e umas poucas capitais nordestinas. Essa tabela confirma ainda que não são estas últimas cidades que mais se beneficiam do relativo esvaziamento industrial de São Paulo –onde crescem os serviços empresariais e financeiros– e do Rio de Janeiro, que continua concentrando serviços de utilidade pública e administração pública. As regiões metropolitanas mais dinâmicas estão na periferia próxima do pólo dominante nacional: Curitiba e Belo Horizonte.



Tabela IV

***Distribuição das ocupação entre as principais regiões metropolitanas brasileiras segundo o ramo de atividade - 1993 e 1999***

Ramos de Atividade do Trabalho Principal	B. Horizonte		São Paulo		R. de Janeiro		Curitiba		P. Alegre	
	1993	1999	1993	1999	1993	1999	1993	1999	1993	1999
Agriculta	13,11	14,14	17,67	17,84	10,37	7,58	14,33	15,40	20,98	16,41
Indústria de Transformação	7,31	8,94	49,98	46,13	16,77	14,12	4,17	6,40	10,22	10,08
Indústria de Construção	11,26	12,88	23,61	21,48	29,03	21,29	6,93	7,72	7,18	7,71
Outras atividades industriais	12,09	12,30	28,77	23,62	25,74	30,68	6,33	6,28	6,61	7,22
Comércio de mercadorias	7,66	7,52	37,63	36,53	20,95	20,35	4,89	5,92	6,83	6,92
Prestação de serviços	8,84	9,46	33,29	34,26	25,42	23,68	4,25	5,25	6,58	6,71
Serviços auxiliares	7,49	7,70	39,21	42,54	24,67	20,79	5,23	5,53	8,96	7,91
Transporte e comunicação	8,69	8,58	36,80	36,76	26,54	26,11	4,89	5,29	6,45	6,26
Serviços sociais	7,89	8,56	34,07	34,32	26,62	23,98	4,49	5,17	7,74	8,37
Administração pública	8,36	8,56	26,10	25,49	28,26	30,46	5,29	6,00	7,45	7,82
Outras e não declaradas	6,46	6,10	39,80	42,53	24,35	21,78	5,99	4,87	8,32	8,15

  

Ramos de Atividade do Trabalho Principal	Salvador		Recife		Fortaleza		Belém		Total das RMs	
	1993	1999	1993	1999	1993	1999	1993	1999	1993	1999
Agriculta	4,45	7,66	10,68	10,56	6,83	9,33	1,59	1,07	100,00	100,00
Indústria de Transformação	2,57	3,39	3,42	4,14	4,69	5,06	0,86	0,94	100,00	100,00
Indústria de Construção	5,95	6,54	5,26	5,70	6,29	5,42	1,57	1,45	100,00	100,00
Outras atividades industriais	8,07	7,80	6,01	6,83	4,26	3,78	2,11	1,68	100,00	100,00
Comércio de mercadorias	8,22	6,71	7,17	7,10	6,34	6,41	2,51	2,53	100,00	100,00
Prestação de serviços	6,47	6,40	6,92	6,31	5,87	5,85	2,36	2,11	100,00	100,00
Serviços auxiliares	5,80	5,95	4,91	4,89	2,28	3,19	1,47	1,49	100,00	100,00
Transporte e comunicação	5,53	5,54	5,07	5,87	3,99	3,91	2,03	1,68	100,00	100,00
Serviços sociais	6,27	6,60	6,05	5,70	4,44	5,39	2,44	1,91	100,00	100,00
Administração pública	7,71	6,98	7,15	6,73	5,63	4,66	4,05	3,30	100,00	100,00
Outras e não declaradas	5,12	4,18	5,41	7,38	3,02	3,77	1,53	1,23	100,00	100,00

Fontes: PNADs 1993 e 1999.

Sendo assim, como as transformações da atualidade estariam repercutindo sobre as demais metrópoles brasileiras e, especialmente naquelas situadas nas regiões menos desenvolvidas do país, fora do eixo urbano do Centro-Sul? Como estariam evoluindo as estruturas ocupacional e social dessas cidades, suas marcantes desigualdades e as condições de vida das suas populações?

Conforme já assinalado, no caso de Salvador e de sua região metropolitana, o impacto da reestruturação produtiva não difere radicalmente do que tem sido observado noutros grandes centros brasileiros, embora alguns fenômenos e problemas venham sendo agravados por condições e especificidades locais. Utilizando a tipologia sócio-ocupacional e dados elaborados pelo projeto Metrópoles, Desigualdades Sócio-Espaciais e Governança Urbana<sup>1</sup>, verifica-se que não houve redefinição mais ampla da estrutura sócio-ocupacional e, muito menos, dualização social. A elite dirigente se ampliou, com o aumento da

participação dos empresários e dos profissionais liberais. As classes médias mantiveram a sua participação relativa, embora empobrecidas e passando por reconfigurações. O operariado industrial se reduziu e o proletariado terciário cresceu significativamente, enquanto que a dimensão do sub-proletariado –marca histórica da região– não apenas continuou mais elevada do que noutras metrópoles brasileiras como se ampliou, ainda mais.

Além disso, também na capital baiana vem se registrando melhoria do nível educacional da população ocupada, precarização das relações de trabalho, aumento significativo do emprego nas atividades do setor terciário e empobrecimento expressivo da quase totalidade dos trabalhadores.

Com base em informações da PED<sup>3</sup>, pode-se analisar mais detalhadamente esses fenômenos, através da dinâmica da ocupação por setores e sub-setores de atividade dos anos 80 para os anos 90, apresentada na Tabela V.

Tabela V

***Evolução da Ocupação da Região Metropolitana de Salvador  
1988/1989 e 1996/1999***

SETORES E SUBSETORES	1987/1988	1996/1999	VAR. %
Agropecuária e extração vegetal	2,3	1,4	-38,4
Indústria de transformação	12,2	8,2	-32,8
Metalúrgica, mecânica, elétrica, transporte	2,3	1,3	-43,7
Têxtil, vestuário e calçados	1,1	0,8	-22,9
Alimentos	1,4	1,4	4,3
Mobiliário e outros produtos de madeira	0,6	0,6	-3,5
Complexo químico e petroquímico*	3,8	2,3	-41,2
Gráfica	0,6	0,5	-9,0
Materiais de construção	0,7	0,3	-52,4
Artesanato	0,3	0,5	53,2
Outras indústrias de transformação	1,5	0,6	-63,3
Construção civil	7,5	5,4	-27,8
Comércio de mercadorias	18,7	17,0	-8,8
Serviços	58,1	67,5	16,2
Adm. Pública, polícia e Forças Armadas	7,7	7,3	-6,0
Serviço de utilidade pública	1,8	1,2	-33,3
Transporte e armazenagem	4,1	4,3	5,4
Serviços creditícios e financeiros	2,3	1,8	-24,5
Administração e comércio de imóveis	0,3	1,4	416,8
Serviços especializados	1,7	3,5	113,0
Serviços auxiliares	2,0	4,0	99,2
Serviços de limpeza, vigilância e oficinas	1,8	5,2	191,6
Oficinas de reparação mecânica	1,9	2,2	11,6
Serviços de comunicação e diversão**	1,0	2,2	122,8
Serviços de alimentação	5,4	6,2	14,0
Hotéis, pensões e alojamentos	ND	0,5	-

Tabela V (continuação)

SETORES E SUBSETORES	1987/1988	1996/1999	VAR. %
Educação	5,7	7,4	28,4
Saúde	3,5	4,4	27,1
Serviços comunitários	0,9	1,2	32,9
Serviços pessoais	5,9	1,6	-73,1
Serviços domésticos	9,3	10,5	12,9
Outros serviços	2,7	2,6	-5,7
Outras atividades	1,2	0,4	-65,6
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) /Região Metropolitana de Salvador – Universidade Federal da Bahia / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) / Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia (SEPLANTEC) / Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE).

\* Inclui plásticos, farmacêutica e artefatos de borracha.

\*\* Inclui rádio e televisão.

Nesta tabela, fica patente a redução dos postos em setores que experimentaram intensa renovação tecnológica e organizacional ou que foram objeto de privatizações, como a indústria petroquímica e outros ramos da indústria de transformação, os serviços creditícios e financeiros e os serviços de utilidade pública. Dificuldades de financiamento da construção residencial e a restrição dos investimentos em obras públicas certamente contribuíram para reduzir o peso da ocupação na construção civil. Surpreendentemente, a evolução da ocupação também foi negativa no caso dos serviços pessoais. Não se sabe até que ponto esse fenômeno, que contraria as expectativas de vários autores, representa ou não uma especificidade da região metropolitana de Salvador. Como explicação para o mesmo, levanta-se a hipótese da aceleração do progresso técnico e da concentração em estabelecimentos modernos de alguns desses serviços, com a expansão de redes e franquias, paralelamente ao crescimento do auto-serviço na área de higiene pessoal (principal segmento do setor), tanto em decorrência do seu encarecimento após o Plano Real como da mudança de hábitos da população.

A redução da ocupação nos setores assinalados foi concomitante à sua expansão noutros segmentos dos serviços. Mais precisamente: na administração de imóveis, notadamente com o incremento dos condomínios e a necessidade de maior segurança em habitações coletivas; na área dos serviços especializados, tanto em decorrência do crescimento da terceirização como da demanda de novos serviços qualificados (por ex: consultoria, contabilidade, informática); nos serviços auxiliares, ou seja, numa constelação de ocupações relacionadas com o trabalho de escritórios e de firmas comerciais; nas atividades de vigilância, limpeza e reparação ou manutenção não mecânicas, que foram objetos de intensa

terceirização; nos serviços de comunicação e diversão e nas áreas sociais da educação, saúde e serviços comunitários.

Esta nova terciarização da economia da RMS acontece num contexto de “reengenharia”, “*downsizing*” e “flexibilização” crescente do trabalho. Conforme ressaltam Borges e Filgueiras (1995), a redução do quadro de pessoal atingiu todos os setores de atividade, com o avanço do processo de terceirização, a precarização dos vínculos, a queda dos rendimentos e a deterioração das condições de trabalho. Apenas na administração pública, onde os empregados estão protegidos pelo estatuto da estabilidade, o “ajuste” vem ocorrendo através de drástica redução dos salários reais e pelo uso crescente do trabalho de “estagiários”. Registra-se igualmente, em Salvador, um fenômeno comum noutras regiões do Brasil e do mundo, a substituição de trabalhadores de mais baixa escolarização por outros mais escolarizados, para o mesmo posto de trabalho (Azevedo, 2001).

A precarização dos vínculos pode ser observada através da Tabela VI, cujos dados deixam patente a queda do emprego protegido e dos trabalhadores familiares, paralelamente a um grande aumento dos assalariados sem carteira assinada e dos ocupados como empregadores, donos de negócios familiares e profissionais liberais.

Tabela VI

***Posição na Ocupação e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador  
1988/1989 e 1996/1999***

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO/DESEMPREGO	1987/88	1996/99	VARIAÇÃO %
Assalariados setor privado com carteira	32,4	30,3	-6
Assalariados setor privado sem carteira	8,3	11,0	33
Assalariados setor público	15,6	16,0	3
Autônomos	24,6	24,2	-2
Empregadores, profissionais liberais e donos neg. familiares	3,2	5,1	59
Trabalhadores domésticos	10,8	10,5	-3
Trabalhadores familiares	2,7	2,0	-26
Desemprego aberto	8,9	13,8	55
Desemprego oculto	7,0	10,5	50
Desemprego total	15,8	24,3	54

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) /Região Metropolitana de Salvador – Universidade Federal da Bahia / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) / Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia (SEPLANTEC) / Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE).

O crescimento da informalidade –aqui conceituada como o trabalho não protegido, abrangendo os assalariados sem carteira assinada e os autônomos e empregadores que não contribuem para a previdência social– decorre da

precarização das relações de trabalho, mas também está associada à expansão de certas demandas e ocupações.

Assim, trata-se não apenas no crescimento da informalidade mas, também, da sua própria diferenciação. Segundo a amostra da PED/RMS para 1996-98, 43% dos ocupados de Salvador (correspondendo a cerca de 380 mil trabalhadores) encontravam-se na informalidade. 78% dos trabalhadores nessa condição com declaração de renda tinham ganhos inferiores à mediana dos trabalhadores locais<sup>3</sup>, podendo ser considerados como “excluídos”. Contudo, apesar da precariedade da sua inserção ocupacional, entre 1987-88 e 1996-98 uma parcela desses trabalhadores obteve significativa melhoria de renda.

Para a explicação desse fenômeno, vale ressaltar que, em Salvador e noutras metrópoles, a informalidade é vivida em diferentes situações. De um lado, constitui uma condição temporária, própria dos primeiros contatos com o mercado de trabalho, dizendo respeito sobretudo aos jovens de até 24 anos e podendo ser revertida com o tempo. Para muitos trabalhadores, entretanto, a informalidade é uma condição permanente, configurando uma nova forma de inserção no mercado de trabalho, uma estratégia de sobrevivência ou até de sucesso, nesta época de reestruturação produtiva, flexibilização das relações de trabalho e elevado desemprego estrutural.

O emprego formal predomina nas atividades de administração e utilidade pública, nos serviços creditícios e nas áreas de saúde e de educação. Já a informalidade persiste concentrada no comércio, serviços domésticos, construção civil e serviços de alimentação, assim como nos setores de limpeza e oficinas mecânicas, em ocupações de menor qualificação e renda, como aquelas dos trabalhadores de serventia (em domicílios ou empresas), os vendedores, comerciários, trabalhadores braçais, trabalhadores da construção civil, lavadeiras, passadeiras, costureiras e trabalhadores de limpeza e conservação.

Entretanto, a terceirização, a ampliação da demanda de serviços especializados e de oportunidades para pequenos negócios têm levado a uma diferenciação desses trabalhadores, com o crescimento de uma elite (cerca de 11%) que poderia ser chamada de “informais integrados”, associada ao atual processo de reconfiguração das classes médias.

Trata-se, predominantemente, de homens brancos, maduros, com instrução de segundo ou terceiro graus, autônomos ou micro-empresários, que atuam principalmente na prestação de serviços auxiliares, serviços especializados ou de alimentação. Seu número também cresceu na indústria mas, declinou na construção civil, com a crise desse ramo. Apesar da insegurança, da ausência de proteção social e de jornadas superiores a 48 horas semanais, este grupo foi o único a escapar do empobrecimento dos trabalhadores –particularmente acentuado na Região Metropolitana de Salvador pelas características do mercado de trabalho local– associado à reestruturação produtiva e ao “ajuste” em todo o Brasil.

Como se observa na Tabela VII, o rendimento médio do conjunto de ocupados nessa região metropolitana teve uma queda de 18,1%, passando de R\$ 686,00, em 1987-88, para R\$ 562,00, em 1996-98. Esta perda atingiu duramente os trabalhadores formais e, como seria de esperar, sobretudo os formais precarizados, que denominamos como “excluídos”. Já os trabalhadores informais tiveram um aumento de cerca de 20% na sua renda média, em decorrência da mencionada diferenciação. A situação e as baixas remunerações dos informais “excluídos” praticamente não mudaram. Mas, os “informais incluídos”, como já visto, obtiveram algum ganho em termos reais. Note-se, ainda, que os desvios padrão são bem maiores entre os trabalhadores formais e informais de maior renda, evidenciando crescente diferenciação no topo da pirâmide social.

Tabela VII

***Rendimento Real dos Ocupados em Salvador (em reais de agosto de 1998)***

trabalhadores ocupados	Frequência 1987-88	relativa 1996-98	Renda 1987-88	Média 1996-98	Desvio 1987-88	Padrão 1996-98
Total de ocupados	100,0	100,0	686	562	1.254	829
Trabalhadores formais	64,3	59,9	923	728	1.452	938
Incluídos*	42,5	38,6	1.192	1.034	1.239	1.050
Excluídos**	21,7	21,3	215	173	55	51
Trabalhadores informais	35,7	40,1	261	314	576	543
Incluídos	7,4	11,3	761	806	770	834
Excluídos	28,5	28,8	119	120	76	62

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) / Região Metropolitana de Salvador – Universidade Federal da Bahia / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) / Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia (SEPLANTEC) / Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE).

\* Exclusivos os ocupados que não declararam ou não tiveram rendimento.

\*\* Trabalhadores protegidos mas, com ganhos inferiores à mediana dos trabalhadores locais.

A deterioração dos rendimentos e das condições de subsistência da população da RMS pode ser melhor observada, porém, quando se considera o rendimento familiar (Tabela VIII). Além da queda da renda média familiar, a distribuição das famílias nas classes de renda mensal familiar também mudou no intervalo estudado. A proporção de famílias que ganhavam acima de duas vezes o valor da mediana da distribuição individual de renda –cerca de 4 salários mínimos– passou de 48,5%, em 1987-1988, para 35,0%, em 1996-1998. Ao mesmo tempo, cresceu a proporção de famílias que ganhavam entre dois e quatro salários mínimos, sugerindo que parte significativa daquelas famílias com maior renda tenha passado para esta faixa. A proporção de famílias na classe mais baixa de rendimento mensal familiar também se eleva, na década, de 21,2% para 33%. Em suma, caiu significativamente a renda média familiar no período estudado.

Tabela VIII  
***Rendimento das Famílias de Salvador \* - 1987-88/1996-98***

Renda média	Total de Famílias				Famílias che dores fiadas p/ trabalha-informais			
Familiar mensal	197-88		1996-98		1987-88		1996-98	
Total	1.194	100,0	919	100,0	1.227	100,0	928	100,0
Até 1 salário mínimo	149	21,2	94	33,0	146	20,6	93	33,1
Mais de 2 SM	361	21,2	192	12,3	359	21,1	192	12,3
Mais de 2 SM e 2 medianas	542	9,3	383	19,7	540	8,9	381	20,0
Acima de 2 medianas	2.095	48,5	1.702	35,0	2.127	49,4	1.727	34,6

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)/Região Metropolitana de Salvador - Universidade Federal da Bahia/Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)/Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia (SEPLANTEC)/Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE)/Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE).

\* Nesta tabela, todos os valores foram expressos conforme o valor do Real de agosto de 1998. Foi considerado o salário mínimo vigente e atualizado para esse mesmo mês. A mediana da distribuição de rendimentos exclui zero de cada uma das amostras.

Ainda que a redução dos rendimentos do trabalho e o aumento das desigualdades tenham caráter nacional, em Salvador a pauperização vem se tornando bem mais ampla e extremada, em decorrência do nível extraordinário de desemprego.

Durante a década de 90, as taxas de desemprego aberto e oculto verificadas na RMS superaram, na maior parte do tempo, as encontradas nas outras regiões metropolitanas do país, como revelam tanto a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, como a Pesquisa Emprego e Desemprego (PED). Como foi visto na Tabela VI, de 1987-88 a 1996-99, o crescimento do desemprego na Região Metropolitana de Salvador chegou a 55% no conceito de desemprego aberto, 55% no conceito oculto e 54% em termos de desemprego total. Com a crise da desvalorização cambial de 1999, as frequências encontradas pela PED superam os patamares de 14% e 25% no que tange, respectivamente, ao desemprego aberto e ao desemprego total.

Por que as taxas de desemprego em Salvador ficaram tão altas, superando as verificadas na maioria das outras regiões metropolitanas e capitais? Por que cresceram tanto no final dos anos 1990? Não foi especialmente por causa de um incremento acelerado da População Economicamente Ativa. Certo, houve imigração, crescimento da população em idade ativa e crescente entrada de mulheres na força de trabalho. Mas estes processos não diferenciam a RMS das outras regiões metropolitanas do país, que registraram taxas menores de desemprego. Também não se pode atribuir o problema à limitada “empregabilidade” do trabalhador da RMS, uma vez que, com a extensão da rede de ensino público, o grau de instrução da mão de obra –termômetro importante para a referida “empregabilidade”– se elevou, consideravelmente, da década de 80 para a década de 90.

Na verdade, a principal causa do desemprego em Salvador, na última década, foi a limitada criação de postos de trabalho na cidade e na sua região. Como em outras regiões metropolitanas, a redução absoluta de postos de trabalho registrada nesse período resultou da combinação de um processo estrutural –revolução tecnológica e organizacional num quadro de abertura da economia– com uma conjuntura determinada: a recessão da economia brasileira iniciada com a crise do Real.

Contudo, a RMS possui certas especificidades, como maior peso dos serviços na sua economia do que em outras regiões metropolitanas. Nem todos os segmentos dos serviços apresentam dinamismo; muitos se caracterizam, especialmente, pela precariedade do trabalho e pela alta instabilidade da ocupação. Além disto, depois dos grandes investimentos do Pólo Petroquímico de Camaçari, a economia da RMS apresentou taxas modestas de crescimento. A nova onda de investimentos *footloose* não alterou esta situação, até porque foram dirigidos em grande parte para cidades do interior da Bahia, em função de uma política deliberada de descentralização industrial implementada pelos últimos governos estaduais. O turismo –grande esperança– praticamente não cresceu entre 1994 e 1998, sobretudo por causa da sobrevalorização do câmbio, que afugentou o turista estrangeiro. Por diversos motivos, outros setores tradicionalmente importantes da economia local, como a construção civil e a indústria têxtil, passaram por sérias crises e demitiram.

Por outro lado, a desocupação, a pobreza, as desigualdades e as precárias condições de vida assinaladas são acentuadas pela segregação sócio-espacial, constituída e consolidada no acelerado processo de crescimento e modernização da cidade. Apresentando uma grande riqueza de dados e mapas, Souza (2000) evidencia como mais da metade da população soteropolitana vive em moradias precárias, em áreas de ocupação informal e desordenada, com deficientes condições de habitabilidade, sem infra-estrutura e serviços básicos. Enquanto os grandes equipamentos, o conforto ambiental, as vias de circulação, as oportunidades de trabalho, o comércio, os serviços e o lazer se concentram na área central e de ocupação mais antiga, no centro novo e na orla norte da cidade, é notória a sua carência no “miolo” e nos subúrbios ferroviários<sup>4</sup>, onde se aglomeram a maioria da população e os segmentos pauperizados.

Tanto essa segregação sócio-espacial como os seus efeitos adversos tendem a se agravar. Como já foi visto, as novas orientações da economia brasileira e a ausência ou o encolhimento de iniciativas e políticas que pudessem atenuar os impactos espaciais e seletivos das atuais transformações deram origem a uma acirrada disputa por investimentos e empregos através da “guerra fiscal” e da oferta de vantagens crescentes aos setores empresariais.

A Bahia entrou nessa “guerra” com bastante determinação, através da concessão de pesados subsídios à implantação de novas empresas na Região Metropolitana de Salvador<sup>5</sup>. Além disso, com a recente conquista da Prefeitura da capital pelas forças políticas conservadoras que há décadas dominam o estado,



que abraçam o paradigma do empreendedorismo urbano, os governos estadual e municipal têm desenvolvido um conjunto de ações concertadas para aumentar a “competitividade” da metrópole soteropolitana.

Como destaca Ivo (2001), essas ações envolvem a concentração de investimentos na melhoria das áreas “nobres” e atrativas para o turismo, o incentivo à promoção e profissionalização de grandes eventos culturais e musicais (como o carnaval) e intensa utilização da mídia para difundir uma imagem positiva da cidade, apresentando-a como berço da cultura brasileira, lugar excitante, criativo, alegre e humano, bom e seguro para viver, visitar, investir ou consumir. Desviando a atenção dos graves problemas apontados neste texto e deixando em segundo plano as intervenções prioritárias para uma melhoria das comunidades carentes e das condições de vida da população, estas estratégias vêm contribuindo para ampliar a fragmentação, a segregação sócio-espacial e as extremas desigualdades que marcam a paisagem urbana em discussão.

Concluindo, a trajetória de Salvador e de outras metrópoles deixa claro que a reestruturação produtiva está associada a algumas transformações generalizadas, como o declínio relativo do operariado industrial fordista, a terciarização da produção e do emprego, as mudanças nas relações de trabalho e a precarização com “flexibilidade”. Porém, estas transformações não chegam a se traduzir em tendências sócio-econômicas e espaciais universais e inexoráveis nas “cidades globais” e, muito menos, nas demais metrópoles dos diversos países e regiões. Em decorrência das diferenças preexistentes e da própria seletividade da globalização, a dinâmica de cada metrópole assume especificidades nacionais e locais.

As análises apresentadas ao longo deste texto também reforçam a conclusão de que a polarização social constitui uma perspectiva simplista, que não dá conta da diversidade e da complexidade das mudanças em curso nas grandes cidades. É ilustrativo, a esse respeito, o fenômeno do crescimento dos denominados “informais incluídos”, grupo social ao mesmo tempo emergente e “marginal”, assim como o processo de reconfiguração das classes médias.

Finalmente, as condições de Salvador são particularmente ilustrativas das consequências perversas do padrão atual de abertura e “ajuste” da economia brasileira, mostrando a urgência de uma retomada do desenvolvimento, com estratégias e políticas que compatibilizem a integração internacional com a integração interna, fomentem a coesão e enfrentem a exclusão e as desigualdades sociais e espaciais. Só assim as condições do presente poderão ser superadas, construindo-se um outro e melhor futuro para as nossas metrópoles e sociedades.

## Bibliografia

- Almeida, Paulo H. e Azevedo, José Sérgio Gabrielli de 1999[a] *Salvador Dinâmica: a economia soteropolitana pela ótica da ocupação* (Salvador: Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA) Relatório final de pesquisa
- Almeida, Paulo H. e Azevedo, José Sérgio Gabrielli de 1999[b] *Perfil sócio-econômico do trabalho informal de Salvador* (Salvador: Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA) Relatório final de pesquisa.
- Andrade, Mônica Viegas 1995 “Setor de serviços segmentado-o moderno e o tradicional”, em *Anais do VIIº Seminário sobre a Economia Mineira* (Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR) Vol. 2.
- Araujo, Tânia Bacelar de 1995 “Nordeste, Nordeste: que Nordeste”, in Affonso, Rui de Brito Alvares e Pedro Luiz Barros Silva (org.) *Desigualdades regionais e desenvolvimento* (São Paulo: FUNDAP, Editora da UNESP).
- Araujo, Tânia Bacelar de 1999 *Globalização e regionalização* (Brasília).
- Azevedo, José Sérgio Gabrielli de 2000 “Economia e mercado de trabalho na Bahia e na RMS: uma abordagem de longo prazo”, in *Bahia. Análise & Dados* (Salvador-Br: SEI) Vol. 10.
- Azevedo, José Sérgio Gabrielli de 2001 *Flexible labour and informal sector: some comparisons between the low-paid labour markets in the US, UK and Brazil* (UK: London School of Economics and Political Science) Trabalho apresentado no seminário realizado na Universidade de Reading, Maio.
- Bell, Daniel 1973 *The Coming of post-industrial society-a venture in social forecasting* (New York: Basic Books).
- Bogus, Lúcia M. e Ribeiro, Luiz César de Q. (orgs.) 1999[a] “Desigualdade e governança”, in *Cadernos Metrópole* (São Paulo: PRONEX CNPq/EDUC/FAPESP) N° 1.
- Bogus, Lúcia M. e Ribeiro, Luiz César de Q. (orgs.) 1999[b] “Desigualdade e governança”, in *Cadernos Metrópole* (São Paulo: PRONEX CNPq/EDUC/FAPESP) N° 2.
- Bogus, Lúcia M. e Ribeiro, Luiz César de Q. (orgs.) 2000[a] “Desigualdade e governança”, in *Cadernos Metrópole* (São Paulo: PRONEX CNPq/EDUC/FAPESP) N° 3.
- Bogus, Lúcia M. e Ribeiro, Luiz César de Q. (orgs.) 2000[b] “Desigualdade e governança”, in *Cadernos Metrópole* (São Paulo: PRONEX CNPq/EDUC/FAPESP) N° 4.
- Bonamy, Joël e Nicole May 1994 *Services et mutations urbaines: questionnements et perspectives* (Paris: Anthropos-Economica).
- Borges, Angela 1996 “As novas tendências do mercado de trabalho formal”, in *Bahia, Análise & Dados* (Salvador: SEI) Vol. 6, N° 3, Dez.

- Borges, Angela e Filgueiras, Luiz A. M. 1995 “Mercado de trabalho nos anos 90: o caso da RMS”, in *Bahia, Análise & Dados* (Salvador: SEI) Vol. 5, N° 3.
- Borja, Jordi e Castells, Manuel 1997 *Local e global. La gestion de las ciudades en la era de la información* (Madrid: Taurus).
- Brandão, Maria D. de A. 1981 “O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador”, in Valladares, Licia do P. (org.) *Habitação em questão* (Rio de Janeiro: Zahar).
- Carvalho, Inaiá M. M. de e Souza, Guaraci A. A. de 1980 “A produção não capitalista no desenvolvimento capitalista de Salvador”, in de Souza, Guaraci A. A. e Vilmar Faria (orgs.) *Bahia de Todos os Pobres* (São Paulo: CEBRAP).
- Carvalho, Inaiá M. M. de e Pinho, Antônio J. A. de 1998 “Duas lógicas em conflito: moradia e solo urbano em Salvador”, in Ribeiro, Luiz Cesar e Azevedo, Sérgio (orgs.) *A crise da habitação nas grandes cidades brasileiras: da moradia à questão urbana* (São Paulo).
- Castel, Robert 1995 *Les metamorphoses de la question sociale* (Paris: Fayard).
- Cohen, S. e J. Zysman 1987 *Manufacturing matters: the myth of the post-industrial economy* (New York: Basic Books).
- Costa, Liduina Farias Almeida da 2000 *O Nordeste e a globalização. Posicionamento dos empresários-políticos cearenses* (Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará) Tese de Doutorado.
- Diniz, Clélio Campolina 2000 “Impactos territoriais da reestruturação produtiva”, in Ribeiro, Luiz Cesar (org.) *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade* (Rio de Janeiro: Revan-FASE).
- Fitoussi, Jean Paul e Rosanvallon, Pierre 1996 *Le nouvel âge des inégalités* (Paris: Editions du Seuil).
- Franco, Angela; Santos, Elizete e Gabrielli, Livia 1998 “Salvador dos novos horizontes”, in *Rev. Formação Empresarial* (Salvador) Vol 5, N. 2, Mai/Ago.
- Hansen, Niles 1994 “Le Rôle stratégique des services de production dans le développement régional”, in *International Regional Science Review* (Morgantown, West Virgínia) Vol. 16, N° 1 e 2.
- IPEA/UNICAMP/NESUB/IBGE 1999 *Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil* (Campinas: UNICAMP, I.E) Coleção Pesquisas N° 3, Vol. 1.
- Ivo, Anete Brito Leal (org.) 2001 *As metamorfoses da questão democrática: governabilidade e pobreza* (Buenos Aires: CLACSO) Colección Becas de Investigación (no prelo).
- Kohan, Gustavo A. 2000 “A estrutura social e desigualdades sócio-espaciais: a metrópole de Buenos Aires”, in Ribeiro, Luiz Cesar (org.) *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade* (Rio de Janeiro: Revan-FASE).

- Lavinas, Lena; Garcia, Eduardo H. e Amaral, Marcelo R. do 1997 *Desigualdades Regionais. Indicadores sócio-econômicos nos anos 90* (Rio de Janeiro: IPEA).
- Maldonado, Jesus Leal 2000 “Economia, emprego e desigualdade social em Madrid”, in Ribeiro, Luiz Cesar (org.) *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade* (Rio de Janeiro: Revan-FASE).
- Mamarella, Rosetta 2000 “Economia e ocupação no espaço metropolitano: transformações recentes de Porto Alegre”, in Ribeiro, Luiz Cesar (org.) *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade* (Rio de Janeiro: Revan-FASE).
- Marques, Eduardo e Torres, Haroldo 2000 “São Paulo no contexto do sistema mundial de cidades”, in *Novos Estudos CEBRAP* (São Paulo) N° 56, Mar.
- Mattos, Carlos A. 2000 “Globalização e metropolização: Santiago, uma história de mudanças e continuidade”, in Ribeiro, Luiz Cesar (org.) *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade* (Rio de Janeiro: Revan-FASE).
- Oliveira, Flávia A. M. De (org.) 1999 *Globalização, regionalização e nacionalismo* (São Paulo: UNESP).
- Philippe, Jean; Léo, Pierre-Yves e Boulianne, Louis-M. 1998 *Services et Métropoles: formes urbaines et changement économique* (Paris: L'Harmattan).
- Prétéicelle, Edmond 2000 “Divisão social e desigualdades: transformações recentes da metrópole parisiense”, in Ribeiro, Luiz Cesar (org.) *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade* (Rio de Janeiro: Revan-FASE).
- Reich, Robert 1991 *The work of nations* (New York: Alfred A. Knopf).
- Ribeiro, Ana Clara Torres 2000[a] “Fases ativas do urbano: mutações em um contexto de imobilismo”, in Ribeiro, A. C. (org.) *Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores* (Buenos Aires: CLACSO).
- Ribeiro, Ana Clara Torres (org.) 2000[b] *Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores* (Buenos Aires: CLACSO).
- Ribeiro, Luiz Cesar de Q. (org.) 2000[a] *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade* (Rio de Janeiro: Revan-Fase).
- Ribeiro, Luiz Cesar de Q. (org.) 2000[b] “Cidade desigual ou cidade partida. Tendências da metrópole do Rio de Janeiro”, in Ribeiro, Luiz Cesar (org.) *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade* (Rio de Janeiro: Revan-FASE).
- Rodriguez, Alfredo e Winchester, Lucy 1999 *Ciudades y gobernabilidad en America Latina* (Santiago: Ediciones SUR).

- Santos, Milton 2000 *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record).
- Sassen, Saskia 1991 *The global city: New York. London, Tokyo* (New Jersey, Princeton: University Press).
- Soja, Edward W. 1993 *Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica* (Rio de Janeiro: Zahar).
- Souza, Angela Gordilho 2000 *Limites do Habitar. Segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX* (Salvador: EDUFBA).
- Souza, Celina e Carvalho, Inaiá Maria M. de 1999 “Reforma do Estado, descentralização e desigualdades”, in *Lua Nova, Revista de Cultura e Política* (São Paulo: CEDEC) N° 48.
- Veiga, Danilo 2000 “Notas para uma agenda de investigación sobre procesos emergentes en la sociedad urbana”, in Ribeiro, Ana Clara (org.) *Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores* (Buenos Aires: CLASCO).

## **Notas**

- 1 Agradecemos aos coordenadores do Projeto a elaboração e a cessão de dados com essa tipologia para Salvador.
- 2 Trata-se da Pesquisa Emprego e Desemprego, efetuada em algumas metrópoles brasileiras, que na Região Metropolitana de Salvador é realizada atualmente pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, em convênio com o Governo do Estado da Bahia (através da SEPLANTEC), o DIEESE e a Fundação SEADE de São Paulo.
- 3 Na amostra PED/RMS 1996-98, o valor da mediana da distribuição dos rendimentos era de R\$ 245,00 mensais, o que representava cerca de 250 dólares, antes da desvalorização do Real.
- 4 Nos últimos anos, os subúrbios ferroviários vem se destacando também pela violência, com um número bastante elevado de mortes entre os jovens, provocadas, inclusive, por grupos de extermínio que atuam na área.
- 5 Como exemplo dessa política, podem ser citadas a tentativa de atração da Kia (que desistiu do investimento depois de aproveitar a isenção de impostos para exportar seus automóveis) e, mais recentemente, a disputa de uma planta da Ford com o estado do Rio Grande do Sul, que terminou sendo transferida para a Região Metropolitana de Salvador pelas maiores vantagens que lhe foram ofertadas. Esta planta encontra-se em fase inicial de implantação, não sendo possível, ainda, avaliar o seu impacto nem a relação custo-benefício dos recursos e subsídios governamentais envolvidos nessa implantação.